

SUMÁRIO

ABREVIATURAS.....	17
-------------------	----

Capítulo I NOÇÕES BÁSICAS DA TEORIA GERAL DOS CRIMES DE LAVAGEM	21
--	-----------

1.1 Introdução	21
1.2 Raízes Históricas da Lavagem de Dinheiro.....	22
1.3 Globalização Econômico-Financeira e Paraísos Fiscais.....	25
1.4 Lavagem e Organizações Criminosa e Terrorista.....	29
1.5 Conceito Doutrinário de Lavagem de Dinheiro	32
1.6 Lavagem e sua Afinidade com o Direito Penal Econômico	33
1.7 Objeto Material da Conduta Delituosa	35
1.8 Fases da Lavagem	38
1.9 Consumação do Crime de Lavagem de Capitais	42
1.10 Bens Jurídicos Tutelados.....	43
1.11 Princípio da Insignificância.....	47
1.12 Classificação dos Crimes de Lavagem de Dinheiro	49
1.12.1 Crimes formais.....	49
1.12.2 Crimes de mera conduta.....	51
1.12.3 Crimes permanentes	52
1.13 Sujeitos do Crime de Lavagem e Concurso de Pessoas	53
1.13.1 Autoria do delito antecedente e a autolavagem.....	53
1.13.2 Autoria do crime de lavagem e a teoria do domínio do fato ...	55
1.13.3 A pessoa jurídica pode figurar como sujeito ativo do delito de lavagem?.....	57
1.13.4 Agentes que intermedeiam operações de movimentação de capitais	59
1.13.5 Intermediários que cooperam com a lavagem	60
1.14 Da Imputação Subjetiva nos Crimes de Lavagem	61
1.14.1 Compreensão de dolo.....	61
1.14.2 Dolo direto nos crimes de lavagem	63
1.14.3 Inaplicabilidade da cegueira deliberada	67

055987

21 ABR. 2017

1.15	Marco Regulatório da Lavagem de Dinheiro	74
1.16	Tipos Penais	76
1.16.1	Núcleos do tipo penal principal.....	76
1.16.2	Da conversão dos produtos ilícitos em ativos lícitos.....	78
1.16.3	Da receptação do produto dos crimes antecedentes	79
1.16.4	Da importação ou exportação de bens com falsos valores	81
1.16.5	Da utilização do produto ilícito na atividade econômico-fi- nanceira	82
1.16.6	Da participação em coletividade que pratique a lavagem	83
1.17	Das Penas Aplicáveis aos Crimes de Lavagem	85
1.17.1	Pena privativa de liberdade	85
1.17.2	Pena pecuniária	87
1.17.3	Necessidade de ser revisto o sistema punitivo.....	87
1.17.4	Da tentativa	89
1.17.5	Reiteração delitiva, crime continuado e organização crimi- nosa	90
1.17.6	Colaboração premiada com redução ou perdão judicial da pena	93
1.18	Extinção da Punibilidade do Lavador.....	98
1.19	Extinção Transitória da Punibilidade: Repatriação de Recursos	100

Capítulo II PERSECUÇÃO PENAL DA LAVAGEM DE BENS ILÍ- CITOS

2.1	Procedimentos de Investigação e Indiciamento do Investigado	106
2.2	Ministério Público e a Investigação Criminal	108
2.3	Acesso do Defensor aos Autos de Investigação	111
2.4	Medidas Assecuratórias Judiciais e Elementos de Prova	113
2.4.1	Medidas assecuratórias: caracteres gerais	113
2.4.2	Busca e apreensão	117
2.4.3	Busca e apreensão em escritório de advocacia.....	118
2.4.4	Sequestro e arresto	120
2.4.5	Providências judiciais determinadas <i>on-line</i>	121
2.4.6	Interceptação telefônica.....	122
2.4.7	Interceptação de dados	124
2.4.8	Quebra de sigilo bancário e financeiro mediante ordem ju- dicial.....	126
2.4.9	Infiltração de agente policial para fins de obtenção de pro- vas	128
2.5	Cooperação Jurídica Internacional para Repressão ao Crime de La- vagem	131
2.5.1	Condições exigidas para a cooperação jurídica internacional...133	

2.5.2	Destinação dos bens constrictos em cooperação internacional...	134
2.5.3	Formalidades do pedido	134
2.5.4	Juízo de delibação e auxílio direto	136
2.5.5	Referência a organismos de cooperação internacional.....	138
2.6	Prisão e Liberdade do Lavador.....	141
2.6.1	Prisão em flagrante.....	142
2.6.2	Suspensão da prisão em flagrante (ação controlada).....	142
2.6.3	Prisão temporária	144
2.6.4	Prisão preventiva	145
2.6.5	Liberdade provisória e fiança.....	146
2.7	Ação Penal	147
2.7.1	Autonomia do processo.....	147
2.8	Denúncia: Requisitos e Formalidades	149
2.8.1	Prazos da denúncia.....	149
2.8.2	Composição formal da denúncia	150
2.8.3	Indícios da existência de infração penal antecedente	151
2.8.4	Questão prejudicial de mérito (prova do crime antecedente) ..	153
2.9	Juízo Competente	154
2.9.1	Competência em razão de crimes financeiros e econômicos...	155
2.9.2	Competência em crimes contra o patrimônio da União	157
2.9.3	Competência fixada em decorrência do crime antecedente...	157
2.9.4	Varas criminais especializadas da Justiça Federal	158
2.9.5	Competência da Justiça Criminal Estadual	159
2.9.6	Competência firmada por conexão	160
2.9.7	Competência estabelecida pela aplicação de outros critérios ..	162
2.9.8	Formação de juízo colegiado em primeiro grau de jurisdição ..	163
2.10	Prosseguimento do Processo de Réu Citado por Edital.....	164
2.11	Liberação, Substituição e Administração dos Bens Constrictos	167
2.11.1	Liberação de bens e ônus da prova.....	167
2.11.2	Liberação de bens em razão do comparecimento do réu.....	170
2.11.3	Caução, substituição e nomeação de depositário de bens	171
2.11.4	Nomeação de administrador dos bens retidos	172
2.11.5	Direitos e deveres do administrador	174
2.11.6	Alienação antecipada de bens constrictos	175
2.11.7	Leilão de bens apreendidos	176
2.11.8	Leilão de bens provenientes do tráfico de drogas.....	178
2.12	Efeitos Genéricos e Efeitos Específicos da Condenação.....	179
2.12.1	Efeitos genéricos da condenação.....	180
2.12.2	Efeitos específicos da sentença condenatória.....	181

2.12.3	Interdição do exercício de cargo ou função.....	183
2.12.4	Utilização definitiva de bens constrictos pelo Poder Público.....	184

Capítulo III MECANISMOS GERAIS DE CONTROLE ADMINIS-		
TRATIVO		185
3.1	COAF: Unidade de Inteligência Financeira Nacional	186
3.1.1	COAF e sua finalidade	187
3.1.2	Composição, organização e funcionamento do COAF.....	188
3.1.3	COAF e a articulação das medidas antilavagem	190
3.1.4	Força-tarefa antilavagem (Enccla – DRCI – GGI-LD)	191
3.1.5	Prerrogativas das autoridades administrativas.....	195
3.1.6	Atuação regrada da autoridade administrativa	196
3.1.7	Resolução jurídica dos conflitos das áreas civil e adminis- trativa	197
3.2	Compartilhamento Público-Privado da Responsabilidade Antilavagem ..	198
3.2.1	Motivação obrigacional do compartilhamento antilavagem....	199
3.2.2	Instituições financeiras submetidas ao sistema antilavagem ...	201
3.2.3	BACEN e os entes submetidos ao compartilhamento	202
3.2.4	CVM e os entes submetidos ao compartilhamento	205
3.2.5	SUSEP e os entes submetidos ao compartilhamento.....	208
3.2.6	Administradoras de cartões de crédito e de consórcios	210
3.2.7	Pessoas jurídicas que transferem fundos por meio eletrônico...210	
3.2.8	Empresas que atuam nas áreas de <i>leasing</i> e de <i>factoring</i>	211
3.2.9	Sociedades distribuidoras ou que sorteiam bens e valores	212
3.2.10	Compartilhamento de entes nacionais e estrangeiros	212
3.2.11	Pessoas que exercem atividades no ramo imobiliário	213
3.2.12	Joalherias, antiquários e comerciantes de objetos de arte.....	214
3.2.13	Comerciantes de bens de luxo e de outros ativos	215
3.2.14	Juntas comerciais e registros públicos.....	216
3.2.15	Assessor, consultor, contador e auditor	216
3.2.16	Serviços de criação, exploração ou gestão de pessoas juri- dicas	219
3.2.16.1	Empresa <i>offshore</i>	219
3.2.16.2	Empresa de fachada.....	221
3.2.16.3	Empresa de prateleira	221
3.2.17	Transferências de atletas, artistas e exposições ou eventos ...	222
3.2.18	Empresas de transporte e guarda de valores	223
3.2.19	Pessoas que intermedeiem o agronegócio	223
3.3	Encargos Administrativos Antilavagem e suas Implicações Legais....	224
3.3.1	Cadastramento obrigatório de entes vinculados ao sistema preventivo.....	224

3.3.2	Requisição do COAF e o sigilo das informações prestadas ..	224
3.3.3	Obrigação de identificar e manter cadastros de clientes.....	225
3.3.4	Conteúdo mínimo e prazo de manutenção dos cadastros	226
3.3.5	Especial atenção para operação com s�rios indícios de lavagem	228
3.3.6	Comunicação de operações financeiras atípicas.....	229
3.3.7	Confidencialidade das comunicações.....	229
3.3.8	Comunicações compulsórias e o sigilo de dados	230
3.3.9	Compartilhamento do sigilo das comunicações	232
3.3.10	Comunicação ao Ministério Público	235
3.3.11	Crime de quebra desautorizada de sigilo.....	236
3.3.12	Necessidade de implantação do comit� de <i>compliance</i>	237
3.3.13	Operações financeiras fiscalizadas pelo sistema antilavagem ..	240
3.4	Normatização Obrigacional Estabelecida pelo BACEN	240
3.4.1	Cadastramento geral de correntistas e clientes	241
3.4.2	Recomendações do BACEN para implementação de <i>compliance</i>	241
3.4.3	Pessoas politicamente expostas e as instruções do BACEN....	242
3.4.4	Registros de transações e operações atípicas.....	245
3.4.5	Registros de depósitos em cheque.....	245
3.4.6	Registros de cartões pré-pagos.....	246
3.4.7	Registros de movimentação de valores em espécie.....	246
3.4.8	Outras operações sob especial atenção do BACEN	247
3.4.9	Manutenção de informações e registros	248
3.4.10	Comunicação ao COAF determinada pelo BACEN.....	248
3.4.11	Indisponibilidade de ativos de clientes.....	249
3.5	Operações Atípicas Listadas pelo BACEN	249
3.5.1	Condutas atípicas relacionadas com dados cadastrais de clientes	250
3.5.2	Operações bancárias atípicas feitas com moeda nacional	251
3.5.3	Operações em moeda estrangeira em espécie ou em cheques de viagem.....	252
3.5.4	Movimentação at�pica de contas	254
3.5.5	Operações atípicas de investimento interno	256
3.5.6	Operações atípicas com cartões de pagamento	256
3.5.7	Operações de crédito atípicas realizadas no país.....	257
3.5.8	Movimentação de recursos oriundos de contratos com o setor público	258
3.5.9	Operações atípicas em consórcios.....	258
3.5.10	Operações financeiras ligadas ao terrorismo	259

3.5.11	Atividades financeiras internacionais suspeitas	260
3.5.12	Operações de comércio exterior	261
3.5.13	Operações de investimento externo	262
3.5.14	Inusitada alteração patrimonial de agente de instituição financeira	263
3.5.15	Operações cambiais de moeda estrangeira ou ouro	264
3.6	Normatização Obrigacional Estabelecida pela CVM	265
3.6.1	Recomendações da CVM aos sujeitos-obrigados	265
3.6.2	Outras operações em bolsas submetidas à regulação do COAF	268
3.6.3	Comunicação ao COAF	269
3.7	Normatização Obrigacional Estabelecida pela SUSEP	269
3.7.1	Operações atípicas destacadas pela SUSEP	270
3.7.2	Entidades de previdência e suas diretrizes antilavagem	272
3.8	Normatização Ditada para Administradoras de Cartões e de Consórcios	273
3.9	Obrigações que Incidem nas Áreas de Sorteio ou Método Assemelhado	274
3.10	Medidas Impostas ao Comércio de Joias, Artes e Antiguidades	275
3.11	Regras para Empresas de Transporte e Guarda de Valores	277
3.12	Responsabilização Administrativa dos Sujeitos-Obrigados	279
3.12.1	Pena de advertência	280
3.12.2	Sanção administrativa de multa	280
3.12.3	Pena administrativa de inabilitação temporária	284
3.12.4	Cassação ou suspensão da autorização para funcionamento ...	284
3.13	Procedimentos Administrativos e Critérios Punitivos	285
3.13.1	Procedimento administrativo instaurado por órgão regulador ..	287
3.13.2	Critérios punitivos estabelecidos pela SUSEP	288
3.13.3	Recurso administrativo	289
REFERÊNCIAS		291
LEGISLAÇÃO		295
ÍNDICE REMISSIVO		305
ÍNDICE ALFABÉTICO		319